

Estudo Técnico Preliminar 40/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 978819/2024

2. Descrição da necessidade

As praças constitui um elemento de grande importância para o Município de Várzea Grande, pois integra a necessidade de proporcionar lazer e conservação ambiental, a saber, as novas praças serão localizadas nos Bairro Cristo Rei, Loteamento Vila Arthur e 15 de maio, trazendo assim um fluxo constante de pessoas trazendo assim uma melhoria no ambiente e infraestrutura local.

Diante disso faz-se necessário a construção de praças que proporcione maior comodidade, acessibilidade e segurança, pois os locais existentes não atende a tais especificidades.

A contratação de uma empresa especializada para execução de praças é uma medida necessária para que por meio de um conjunto harmônico de ações a serem executadas promoverá um novo espaço com toda a funcionalidade e estruturação que é definido nos projetos e memoriais descritivos que norteiam no processo de execução.

A empresa contratada será incumbida de fornecer todos os materiais e mão de obra necessários para a realização das obras, em conformidade com as especificações técnicas e normas de segurança vigentes.

Esta contratação está em consonância com o interesse público, uma vez que visa à melhoria ao acesso da população aos serviços públicos, bem como a segurança e bem-estar dos que usam esse espaço público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA	BRENO GOMES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A obra em questão deve ser executada por uma empresa especializada no setor, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e os padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro termo de referência.

O objeto a ser contratado possui um escopo predefinido, com um prazo de execução previsto em um cronograma físico-financeiro, estabelecido no projeto executivo.

No projeto executivo, foram apresentados os elementos necessários e suficientes, com um nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, garantindo a viabilidade técnica e o tratamento adequado do impacto ambiental do empreendimento, possibilitando a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

Os requisitos abaixo foram cuidadosamente avaliados, não havendo especificações capazes de prejudicar o caráter competitivo da seleção.

4.1. Requisitos técnicos da contratação

-
-

Para a correta execução do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos:

Localização das obras:

Praça Dom Orlando Chaves – Cristo Rei; R.Tv.das Oliveiras; CEP:78118-164

Praça Dom Bosco – Cristo Rei; R.Tv.das Oliveiras; CEP:78025-190

Praça Vila Arthur – Vila Arthur; R.S-V; CEP:78140-540

Praça 15 de Maio – Quinze de Maio; AV.Leoncio Lopes de Miranda; CEP:78140-410

A obra a ser executada deve cumprir as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas;

A metodologia executiva a ser adotada deve estar em conformidade com as normas técnicas vigentes;

A determinação precisa do orçamento e do cronograma para a execução das obras é meticulosamente estabelecida nas planilhas orçamentárias detalhada e nos cronogramas físico - financeiro. Esses documentos são complementados pelos Memoriais Descritivos, que fornecem uma visão abrangente de cada tipo de serviço envolvido, garantindo transparência e facilitando o acompanhamento das etapas do projeto.

Deve ser cumprido, por parte da contratada, as exigências da Licença Ambiental;

Para fins de habilitação, o licitante deve apresentar certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, constando os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único;

Deve ser apresentada comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico Profissional;

Deve ser apresentado, por parte da contratada, atestado de Capacidade Técnico Operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;

A exigência de Capacidade Técnica Operacional se restringe:

a) Conforme o Artigo 94 do Decreto Municipal nº 081/2023, a qualificação técnica necessária para a execução do serviço, quando exigida e devidamente justificada nos autos, pode ser comprovada por meio de inscrição vigente no conselho profissional competente relativo ao profissional técnico envolvido;

b) Aos itens de maior relevância técnica e financeira contidas na planilha orçamentária e no decorrer deste Estudo Técnico Preliminar. Os itens de serviço de maior relevância técnica e financeira são aqueles que constem fonte SINAPI em valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do orçamento total do objeto.

c) Conforme estabelecido no Acórdão 2.924/2019 - Plenário, relatado pelo Ministro Benjamin Zymler, para fins de habilitação técnico operacional das licitantes em certames visando a contratação de obras públicas e serviços de engenharia, devem ser exigidos atestados técnico operacionais emitidos em nome da licitante, podendo ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações/registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização profissional competente em nome dos profissionais vinculados aos referidos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade das informações constantes nos atestados emitidos em nome das licitantes;

d) Não é vedado o somatório de atestados, para o atendimento dos itens de “maior relevância global” e / ou aos de “maior relevância técnica contidas no objeto a ser licitado”. Justificativa: de acordo com o Acórdão nº 2.760/2012 – Plenário "se o aumento de quantitativos do serviço não incrementa, incontestavelmente, a complexidade técnica da tarefa, não há motivos para estabelecer limite para o número de atestados", esta situação se apresenta nesta obra das praças.

- Exigência de Capacidade Técnica Operacional e Profissional;

Item I - Maior relevância técnica a ser comprovada, Praça Dom Orlando Chaves.

ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA
01	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO.	M²	657,54	328,77 m²
02	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 14 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M²	202,42	101,21
03	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M²	562,28	281,14

Item II - Maior relevância técnica a ser comprovada, Praça Dom Bosco.

ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA

01	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO.	M²	1.095,19	547,59
02	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M²	380,95	190,47

Item III - Maior relevância técnica a ser comprovada, Praça Vila Arthur.

ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA
01	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO.	M²	1.758,73	879,36
02	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10 /2022	M²	201,07	100,53

Item IV - Maior relevância técnica a ser comprovada, praça 15 de Maio.

ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT. ORÇADO	QUANT. A SER COMPROVADA
01	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO	M²	2.526,36	1.263,18

	MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO.			
02	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M²	2.214,85	1.107,42
03	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	M³	94,35	47,17

4.2. Requisitos de sustentabilidade

A empresa contratada deverá utilizar na execução das obras as boas práticas de sustentabilidade ambiental, respeitando-se, dentre outros, os critérios ambientais indicados abaixo:

- a. 1. Uso produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA.
- b. 2. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos.
- c. 3. Sempre que possível, fazer uso de energia renovável.
- d. 4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contatar as Associações e /ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis.
- e. 5. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilize a fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União, disponível no endereço eletrônico: www.agu.gov.br/econfont
- f. 6. Adoção de uso preferencialmente de papel não clorado na impressão de documentos e relatórios.
- g. 7. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos.
- h. 8. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999.
- i. 9. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento.
- j. 10. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que eles cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades.
- k. 11. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação, empresas que tenham certificação ambiental.
- l. 12. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e /ou virtuais.

Segue abaixo os Requisitos Normativos que Disciplinam os Serviços a serem Contratados:

- a. 1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b. 2. Decreto Estadual nº 1.525/2022 – Regulamenta a Lei nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional do Estado de Mato Grosso;
- c. 3. Decreto nº 081/2023 no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Autárquica e fundacional do Município de Várzea Grande – MT.
- d. 4. Normas da ABNT, Especificações de Serviço e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- e. 5. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

5. Levantamento de Mercado

Como solução para execução da praça Dom Orlando Chaves, surgiu como opção:

Solução 1: Contratação de uma empresa especializada para efetuar a limpeza do local, incluindo assim a manutenção da área e a troca dos equipamentos das praças, uma melhoria nas estruturas, substituição das áreas gramadas, podas de árvores e pintura do piso no local como um todo.

Solução 2: Contratação de uma empresa especializada para fazer a construção de uma nova praça. Executando assim a demolição das estruturas do local, tendo a preservação das árvores existentes. Em seguida havendo construção da praça conforme o projeto, visando assim aprimorar a qualidade de vida da comunidade local e o desenvolvimento da região.

Diante dessas soluções apresentadas, a deliberação a ser executada, definida em projeto executivo aprovado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, foi pela utilização de uma empresa especializada para fazer a construção da praça conforme o projeto, baseada no diagnóstico de suas características funcionais, e na relação custo-benefício da obra.

Como solução para execução da praça Dom Bosco, surgiu como opção:

Solução 1: Contratação de uma empresa especializada para efetuar a limpeza do local, incluindo assim a manutenção da área e a troca dos equipamentos das praças, uma melhoria nas estruturas, substituição das áreas gramadas, podas de árvores e pintura do piso no local como um todo.

Solução 2: Contratação de uma empresa especializada para fazer a construção de uma nova praça. Executando assim a demolição das estruturas do local, tendo a preservação das árvores existentes. Em seguida havendo construção da praça conforme o projeto, visando assim aprimorar a qualidade de vida da comunidade local e o desenvolvimento da região.

Diante dessas soluções apresentadas, a deliberação a ser executada, definida em projeto executivo aprovado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, foi pela utilização de uma empresa especializada pra fazer a construção da praça conforme o projeto, baseada no diagnóstico de suas características funcionais, e na relação custo-benefício da obra.

Como solução para execução da praça Vila Arthur, surgiu como opção:

Solução 1: Contratar uma empresa especializada em construção para realizar no local uma limpeza dos resíduos, nivelar o loteamento e instalar um sistema de drenagem para prevenir o acúmulo de água decorrente de chuvas, seguido pela aplicação de concreto na área, visando prevenir futuros casos de abandono de resíduos na região.

Solução 2: Contratação de uma empresa especializada para fazer a construção da praça. Executando assim a limpeza do local, com a preservação das árvores existentes. Em seguida havendo construção de dreno no local prevenindo assim um futuro acúmulo de água, essa praça visa aprimorar a qualidade de vida da comunidade local e o desenvolvimento da região.

Diante dessas soluções apresentadas, a deliberação a ser executada, definida em projeto executivo aprovado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, foi pela utilização de uma empresa especializada para fazer a construção da praça conforme o projeto, visando assim as melhorias no desenvolvimento e infraestrutura da comunidade, objetivando também aprimoramento de qualidade de vida dos residentes locais. Em contrapartida, a primeira opção não se mostra viável, uma vez que embora pudesse melhorar a infraestrutura da área, não contribuiria para o desenvolvimento da comunidade, podendo ainda resultar em futuros problemas de disposição inadequada de resíduos no loteamento.

Como solução para execução da praça 15 de Maio, surgiu como opção:

Solução 1: Contratação de uma empresa especializada para efetuar a limpeza do local incluindo assim o nivelamento do terreno, seguido pela aplicação de concreto na área, com playground e academia para terceira idade, incluso paisagismo local, procurando prevenir futuros casos de abandono de resíduos na região.

Solução 2: Contratação de uma empresa especializada para fazer a construção da praça. Executando assim a limpeza do local, com a preservação das árvores existentes. Em seguida havendo construção de dreno no local prevenindo assim um futuro acúmulo de água, essa praça visa aprimorar a qualidade de vida da comunidade local e o desenvolvimento da região.

Diante dessas soluções apresentadas, a deliberação a ser executada, definida em projeto executivo aprovado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, foi pela utilização de uma empresa especializada para fazer a construção da praça conforme o projeto, visando assim as melhorias no desenvolvimento e infraestrutura da comunidade, objetivando também aprimoramento de qualidade de vida dos residentes locais. Em contrapartida, a primeira opção não se mostra viável, uma vez que embora pudesse melhorar a infraestrutura da área, não contribuiria para o desenvolvimento da comunidade, podendo ainda resultar em futuros problemas de disposição inadequada de resíduos no loteamento.

Todos os serviços elencados no projeto executivo devem seguir fielmente as Normas Técnicas vigentes e da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, devidamente atualizadas.

A modalidade da Licitação será a **Concorrência Eletrônica**, tem a natureza de obra de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, XII, e art. 29º, da Lei nº 14.133/2021, que justifica a escolha por esta modalidade.

O critério de julgamento da licitação será o de **Menor Preço Por Item**.

A presente contratação adotará como regime de execução **por preço global** (art. 6º, inciso XXIX, da Lei 14.133/2021; art. 281º do Decreto Estadual Nº 1.525/2022 e art. 72 do Decreto Municipal Nº 81/2023), e se justifica por se tratar de uma obra de construção civil, onde estão previstos serviços como: Instalações Provisórias, Serviços Preliminares, Pisos, Instalações Hidráulicas, Quadras, Calçadas com Rampa de Acessibilidade, Limpeza Final de Obra; cuja execução, por este regime, permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, onde o valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pela quantidade e tipos de serviços contratados. Esta escolha se torna factível, também para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto de contratação será composto pelos serviços previstos no projeto executivo, em conformidade com o levantamento de campo, memória de cálculo (detalhamento dos quantitativos e preços estimados), além das especificações. Todos os serviços elencados no projeto, deverão seguir fielmente as Normas Técnicas vigentes e Especificações de Serviços da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, devidamente atualizadas. As intervenções deverão manter o padrão de qualidade e apresentar a melhor prática executiva.

Serão previstos os seguintes serviços das praças.

- a. 1. Administração de Obra;
- b. 2. Serviços Preliminares;
- c. 3. Instalações Hidraulicas;
- d. 4. Quadra Poliesportiva, Campo de Futebol.
- e. 5. PlayGround;
- f. 6. Academia;
- g. 7. Áreas Permeável;
- h. 8. Espaço para Atividade;
- i. 9. Calçada;
- j. 10. Serviços Diversos

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os quantitativos dos serviços correlacionados ao objeto a ser licitado estão detalhados nos Memoriais Descritivos, que fornecem uma visão abrangente de cada tipo de serviço envolvido, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra pretendida, possibilitando a elaboração dos custos, em conformidade com as Normas, Procedimentos, Instruções e Especificações de Serviços, e normas técnicas da ABNT.

8. Estimativa do Valor da Contratação

- Valor (R\$): 5.644.141,11
- Valor Praça Dom Orlando Chaves (R\$): 1.089.224,98
- Valor Praça Dom Bosco (R\$): 845.202,34
- Valor Praça Vila Arthur (R\$): 1.454.582,01
- Valor Praça 15 de Maio (R\$): 2.255.131,78
- Valor Total dos itens (R\$): 5.644.141,11

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral.

Foi a dotado o Orçamento Não Desonerado, por ser mais vantajoso à administração, ficando a obra no valor geral, sendo que Orçamento com Desoneração ficaria no valor mais elevado.

A seguir é apresentado o resumo da Praça Dom Orlando Chaves, dos preços do Orçamento Não Desonerado:

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	04/2024 SINAPI
		NÃO DESONERADO

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	57.950,80
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	104.653,19
3.0	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS	5.386,68
4.0	QUADRA POLIESPORTIVA	231.517,15
5.0	PLAYGROUND	225.439,16
6.0	ÁREAS PERMEÁVEL	97.347,49
7.0	ESPAÇO PARA ATIVIDADE	268.095,79
8.0	CALÇADA	77.777,97
9.0	SERVIÇOS DIVERSOS	21.056,75
TOTAL GERAL		R\$ 1.089.224,98

A seguir é apresentado o resumo da Praça Dom Bosco, dos preços do Orçamento Não Desonerado:

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	04/2024 SINAPI
		NÃO DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	57.950,80
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	96.472,37
3.0	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS	5.502,99

4.0	CAMPO DE FUTEBOL	65.197,34
5.0	ACADEMIA	178.068,23
6.0	PLAYGROUND	190.965,54
7.0	ÁREAS PERMEÁVEL	45.050,58
8.0	ESPAÇO PARA ATIVIDADE	65.865,88
9.0	CALÇADA	99.256,84
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS	40.871,76
TOTAL GERAL		R\$ 845.202,34

A seguir é apresentado o resumo da Praça Vila Arthur, dos preços do Orçamento Não Desonerado:

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	04/2024 SINAPI
		NÃO DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	152.061,89
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	26.679,19
3.0	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS	10.759,23
4.0	QUADRA POLIESPORTIVA	271.983,58
5.0	PASSEIO	303.088,22
6.0	ESPAÇO PARA ATIVIDADES	105.264,68

7.0	ACADEMIA	161.324,98
8.0	PLAYGROUND	197.882,75
9.0	ESTACIONAMENTO	233.361,27
10.0	SERVIÇOS DIVERSOS	46.176,22
TOTAL GERAL		R\$ 1.454.582,01

A seguir é apresentado o resumo da Praça 15 de Maio, dos preços do Orçamento Não Desonerado:

RESUMO DOS PREÇOS		
SERVIÇOS	DATA BASE:	03/2024 SINAPI
		NÃO DESONERADO
CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.0	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA	107.185,59
2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	52.482,42
3.0	PISOS E CALÇADAS	715.663,14
4.0	PINTURAS EM GERAL	115.496,62
5.0	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS	11.181,36
6.0	QUADRA POLIESPORTIVA E CAMPO DE FUTEBOL	175.245,11
7.0	PISTA DE SKATE – SKATE PARK	286.152,50
8.0	PAISAGISMO	312.201,90
9.0	DIVERSOS	479.523,14

TOTAL GERAL	R\$ 2.255.131,78
--------------------	-------------------------

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As obras das praças (Praça Dom Orlando Chaves, Praça Dom Bosco, Praça Vila Arthur, Praça 15 de Maio) é caracterizada por dimensões que se alinham com a capacidade operacional das empresas licitantes sob a jurisdição da Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana de Várzea Grande/MT. A natureza técnica dos serviços, predominantemente interdependentes, não suporta uma divisão viável, pois qualquer atraso em uma fase crítica pode resultar em atrasos subsequentes, elevando os custos operacionais e afetando os marcos de progresso e a entrega final.

Optar pelo não parcelamento para a execução maximiza a eficiência na instalação e mobilização do maquinário e da força de trabalho. A fragmentação em múltiplos lotes poderia comprometer tanto a viabilidade técnica quanto a eficiência econômica, além de aumentar os custos de mobilização e desmobilização para segmentos isolados da obra.

Portanto, com base nas justificativas apresentadas, a contratação de cada obra não será parcelada, pois a divisão não oferece vantagens para a administração e pode prejudicar a integridade e o valor do projeto como um todo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A atual contratação está alinhada com o Planejamento da Administração, está inserido no Plano de Contratação Anual (PCA), identificados como Praça Dom Orlando Chaves, Praça Dom Bosco, Praça Vila Arthur, e Praça 15 de Maio, sob a responsabilidade da Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

A obra em questão será executada a partir de recursos próprios. Recursos próprios de uma prefeitura referem-se aos fundos financeiros que a administração municipal possui e controla diretamente, sem depender de repasses externos. Esses recursos são provenientes de arrecadações locais, como impostos municipais (como IPTU, ISS, IRRF, ITBI) e taxas. A prefeitura pode utilizá-los livremente para financiar diversas atividades e serviços públicos, como infraestrutura, educação, saúde, segurança, entre outros.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Benefícios esperados podem ser descritos da seguinte forma:

- a. 1. Conforto a comunidade: Busca atender as necessidade da comunidade, promovendo o bem-estar dos cidadãos .
- b. 2. Acessibilidade: disponibilidade de passeio reservada para pessoas que tenham a mobilidade limitada.

Esses benefícios buscam atender as necessidades das comunidades e mitigar os riscos de doenças associadas a preservação de resíduos, promovendo o bem-estar dos cidadãos além de melhorar a infraestrutura e impulsionar o desenvolvimento sustentável dessas regiões.

13. Providências a serem Adotadas

1. O processo requer que os licitantes cumpram integralmente com as disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 1.525/2022, Decreto Municipal nº 81/2023, bem como as especificações do Edital e do Termo de Referência. A empresa contratada deve:
2. Adesão às Diretrizes Técnicas: Cumprir com as diretrizes técnicas para a execução de obras e serviços de engenharia, respeitando as normativas aplicáveis ao objeto contratual.
3. Execução Fiel ao Contrato: Realizar a obra ou serviço de acordo com o projeto técnico, as especificações detalhadas no Termo de Referência e anexos, e em conformidade com a proposta apresentada.
4. Qualidade e Boas Práticas: Assegurar a manutenção de um padrão de qualidade elevado e adotar as melhores práticas executivas no decorrer da obra ou serviço.
5. Comunicação com o Fiscal do Contrato: Reportar imediatamente ao fiscal designado qualquer irregularidade identificada no local da execução dos serviços.
6. Disponibilidade para Esclarecimentos: Fornecer esclarecimentos ou informações sempre que requisitados pela Administração Pública contratante.

Por parte da Administração, será assegurado:

1.
 - a. 1.1. Publicação do Edital: Disponibilização do edital de licitação, contendo todas as informações necessárias para a participação dos licitantes.
 - b. 1.2. Designação de Fiscalização: Nomeação de um fiscal responsável pela obra ou serviço, com o objetivo de assegurar a qualidade, realizar medições periódicas e garantir o cumprimento do contrato.
 - c. 1.3. Capacitação de Servidores: Promoção de treinamentos para os servidores envolvidos, visando aprimorar a fiscalização e a gestão contratual.
 - d. 1.4. Essas diretrizes são fundamentais para a integridade e eficácia do processo licitatório e para a execução contratual subsequente.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O processo de contratação deve priorizar o interesse público, avaliando não apenas o custo, mas também os impactos ambientais e sociais. Isso inclui:

- a. 1. Conformidade com Normas de Sustentabilidade: Adesão a padrões que promovam práticas sustentáveis e minimizem o impacto ambiental.
- b. 2. Gestão Eficiente de Recursos Públicos: Utilização criteriosa dos recursos financeiros disponíveis para maximizar o valor obtido.
- c. 3. Preservação de Recursos Naturais: Implementação de estratégias para a conservação e uso responsável dos recursos naturais.
- d. 4. Incorporação de Materiais Reciclados: Preferência pelo uso de materiais reciclados, quando disponíveis, para promover a economia circular.
- e. 5. Gestão de Resíduos: Remoção e destinação adequada de resíduos, em conformidade com as regulamentações de transporte e controle de resíduos.
- f. 6. Atendimento a Normas de Qualidade: Observância de padrões de qualidade e certificações estabelecidos por órgãos como INMETRO e ABNT.
- g. 7. A empresa contratada deve:
- h. 8. Uso Racional de Recursos: Empregar recursos e equipamentos de maneira eficiente para evitar desperdícios de materiais, água e energia, priorizando, quando possível, o uso de energia renovável.
- i. 9. Segurança no Trabalho: Garantir a segurança no manuseio de ferramentas e equipamentos, especialmente aqueles inflamáveis, seguindo a legislação trabalhista vigente.
- j. 10. Responsabilidade Ambiental: Assumir a responsabilidade pela gestão de todos os resíduos gerados, assegurando sua correta remoção e destinação.

Além disso, a execução da obra requer licenciamento ambiental junto à SEMA/MT, com todas as ações e medidas necessárias para o cumprimento da licença ambiental e preservação do meio ambiente detalhadas nas Licenças Prévia e de Instalação.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra em questão, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada, para atendimento da demanda exarada. Considerando:

1. As condições atuais dos terrenos.
2. As obrigações institucionais da Secretaria Municipal de Serviços Público e Mobilidade Urbana /MT;
3. Todo o exposto e apresentado neste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Declara-se a necessidade e viabilidade de contratação dos serviços indicados neste ETP.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EMILLY FERREIRA SANTOS

Técnico de Nível Superior



Assinou eletronicamente em 15/07/2024 às 11:30:25.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PRAÇA DOM BOSCO.zip (6.58 MB)
- Anexo II - PRAÇA DOM ORLANDO CHAVES.zip (5.69 MB)
- Anexo III - PRAÇA DO VILA ARTHUR.zip (5.45 MB)
- Anexo IV - PROJETOS 15 DE MAIO.zip (28.68 MB)
- Anexo V - ORÇAMENTO 15 DE MAIO.zip (3.43 MB)
- Anexo VI - IMR.pdf (544.8 KB)

Anexo VI - IMR.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE
VÁRZEA GRANDE

INTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO Nº XXX/202X/ENGENHARIA

CONTRATO/ARP:		MEDIÇÃO:	
EMPRESA:		Nº DA NF:	
CNPJ:		VALOR:	
OBRA/SERVIÇO:		GLOSA:	
Nº DO RELAT. FISCAL:		VALOR FINAL DA MEDIÇÃO:	
DATA:		PERÍODO:	

INDICADOR 01 - FORNECIMENTO E USO DE EPI's

ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS ESPECÍFICAS RELACIONADAS À SEGURANÇA DO TRABALHO, USO DE UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS)
META A CUMPRIR	GARANTIR E MANTER DURANTE TODO O PERÍODO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL, A ADEQUADA QUANTIDADE DE RECURSOS, EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, FERRAMENTAS, EPIS, ETC. INDEPENDENTE DE SOLICITAÇÃO DA CONTRATANTE
FORMA DE MEDIÇÃO	FISCALIZAÇÃO "IN LOCO"
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO	SEMANAL E/OU RECORRÊNCIA
CÁLCULO	QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS DURANTE O PERÍODO DE CONTRATO: DE FALTA DE PREPOSTO DA CONTRATADA.
INÍCIO DE EXECUÇÃO	DATA DE ASSINATURA DA ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO
GLOSAS APLICÁVEIS À RESPECTIVA SANÇÕES	ATENDE OU NÃO SE APLICA = 0,00%
	CONFORME PREVISTO EM CONTRATO
OBSERVAÇÕES	SE A PENDÊNCIA PERDURE ATÉ O PERÍODO DO MÊS SUBSEQUENTE, APLICAR-SE-Á A GLOSA DE 5% DO VALOR DA MEDIÇÃO DE CADA MÊS, ATÉ QUE SEJA SANADA EM DEFINITIVO.

AVALIAÇÃO

SIMBOLOGIA 1=SIM E 0=NÃO

ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA

OBSERVAÇÃO:	

INDICADOR 02 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DA SMVO-PMVG			
ITEM		DESCRIÇÃO	
FINALIDADE		MENSURAR O TEMPO DE CIÊNCIA E O COMPROMETIMENTO COM A RESOLUÇÃO DAS DEMANDAS LEVANTADAS, MESMO QUE A SOLUÇÃO DEFINITIVA SE DÊ EM TEMPO MAIOR ESTABELECIDO PELO SMSPMU-VG, QUE NÃO SERÁ SUPERIOR A 48 (QUARENTA E OITO) HORAS.	
META A CUMPRIR		A) PARA REGISTRO FORMAL DA CIÊNCIA E ESTABELECIMENTO DO PRAZO DE SOLUÇÃO: A PARTIR DA PRIMEIRO DIA POSTERIOR À SOLICITAÇÃO DA SMSPMU-VG B) PARA SOLUÇÃO DEFINITIVA OU POSICIONAMENTO DO PREPOSTO, SE FOR O CASO: ATÉ A ÚLTIMA HORA DO PRAZO ESTABELECIDO PELA SMVO-PMVG	
FORMA DE MEDIÇÃO		FISCALIZAÇÃO "IN LOCO"	
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO		SEMANAL E/OU RECORRÊNCIA	
CÁLCULO		VERIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO MÊS DE REFERÊNCIA COM TEMPO DE RESPOSTA SUPERIOR À META	
INÍCIO DE EXECUÇÃO		DATA DE ASSINATURA DA ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO	
GLOSAS APLICÁVEIS À RESPECTIVA MEDIÇÃO DO MÊS DA(S) OCORRÊNCIA(S)		ATENDE OU NÃO SE APLICA = 0,00% PARCIAL = 1,00% NÃO ATENDE=2,00%	
SANÇÕES		CASO AS DEMANDAS IDENTIFICADAS NÃO SEJAM RESOLVIDAS DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO, ESTAS SERÃO REITERADAS COM UM NOVO PRAZO DESIGNADO, QUE SERÁ MENOR QUE O INICIAL. SE, MESMO APÓS A REITERAÇÃO DA SOLICITAÇÃO PELO SMSPMU-VG, A CONTRATADA NÃO TOMAR AS DEVIDAS PROVIDÊNCIAS DENTRO DO PRAZO, O FISCAL TÉCNICO AVALIARÁ OS POSSÍVEIS PREJUÍZOS RESULTANTES. ALÉM DO AJUSTE NO PAGAMENTO, SERÁ INSTAURADO UM PROCESSO ADMINISTRATIVO ADEQUADO PARA INVESTIGAR A FALHA E APLICAR AS SANÇÕES CORRESPONDENTES, SE NECESSÁRIO	
OBSERVAÇÕES		SE A PENDÊNCIA PERDURE ATÉ O PERÍODO DO MÊS SUBSEQUENTE, APLICAR-SE-Á A GLOSA DE 5% DO VALOR DA MEDIÇÃO DE CADA MÊS, ATÉ QUE SEJA SANADA EM DEFINITIVO.	
AVALIAÇÃO			
SIMBOLOGIA 1=SIM E 0=NÃO			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
OBSERVAÇÃO:			

INDICADOR 03 - PRAZO E QUALIDADE			
ITEM		DESCRIÇÃO	
FINALIDADE		ASSEGURAR A EXCELÊNCIA GLOBAL NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
META A CUMPRIR		ATENDIMENTO TOTAL DAS FASES CONSTANTES NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E QUALIDADE ESPECIFICADA EM PROJETO	
FORMA DE MEDIÇÃO		FISCALIZAÇÃO "IN LOCO"	
PERIODICIDADE DA VERIFICAÇÃO		SEMANAL E/OU RECORRÊNCIA	
CÁLCULO		FAZER VERIFICAÇÃO SE A EXECUÇÃO ESTÁ DE ACORDO COM O PROJETO	
INÍCIO DE EXECUÇÃO		DATA DE ASSINATURA DA ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO	
GLOSAS APLICÁVEIS À RESPECTIVA MEDIÇÃO DO MÊS DA(S) OCORRÊNCIA(S)		ATENDE OU NÃO SE APLICA = 0,00% PARCIAL = 1,00% NÃO ATENDE=2,00%	
SANÇÕES		CASO OS SERVIÇOS REALIZADOS NÃO CUMPRAM OS REQUISITOS MÍNIMOS DEFINIDOS NO PROJETO, A MEDIÇÃO NÃO DEVERÁ SER EFETUADA	
OBSERVAÇÕES		SE A PENDÊNCIA PERDURE ATÉ O PERÍODO DO MÊS SUBSEQUENTE, APLICAR-SE-Á A GLOSA DE 5% DO VALOR DA MEDIÇÃO DE CADA MÊS, ATÉ QUE SEJA SANADA EM DEFINITIVO.	
AVALIAÇÃO			
SIMBOLOGIA 1=SIM E 0=NÃO			
ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
SERVIÇOS PRELIMINARES			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
PISOS E CALÇADAS			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
PINTURAS EM GERAL			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
QUADRA POLIESPORTIVA E CAMPO DE FUTEBOL			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
PISTA DE SKATE			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
PAISAGISMO			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
DIVERSOS			
ATENDE	PARCIAL	NÃO ATENDE	NÃO SE APLICA
OBSERVAÇÃO:			
RESUMO DE PERCENTUAL A SER GLOSADO DA MEDIÇÃO VIGENTE			
ATENDE		0,00%	
PARCIAL		0,00%	
NÃO ATENDE		0,00%	
NÃO SE APLICA		0,00%	
PERCENTUAL A SER GLOSADO DA MEDIÇÃO		0,00%	
FISCAL ADMINISTRATIVO		FISCAL TÉCNICO	



O INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO PREVISTO NO ART. 171; XIX; DO DECRETO 081/2023 E NO ART. 144; DA LEI 14.133/2021.

ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

1.1. Este instrumento, anexo ao contrato estabelecido entre o SMSPMU-VG e a Contratada, é um acordo escrito que define os níveis de qualidade esperados para a prestação do serviço e as respectivas adequações de pagamento. Ele inclui os indicadores mínimos de desempenho para avaliar a qualidade esperada na execução do objeto. As seguintes diretrizes serão observadas:

- a) Atividades críticas ou de alta relevância que impactam a qualidade dos serviços prestados e os resultados esperados;
- b) Fatores sob controle da Contratada que podem influenciar o cumprimento das metas;
- c) Indicadores de fácil obtenção, relevantes e adequados à natureza e características do serviço, estabelecidos de forma sistemática, de modo a contribuir para o resultado global do serviço sem interferências negativas mútuas;
- d) A previsão de nível de não conformidade dos serviços permitirá o redimensionamento dos pagamentos, a aplicação de penalidades à Contratada e, se necessário, a rescisão unilateral do contrato;
- e) Regularidade dos registros, controles e informações que devem ser fornecidos pela Contratada.

1.2. A qualidade dos serviços prestados pela Contratada será avaliada por meio de um sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado;

1.3. As situações abordadas por este instrumento referem-se a eventos cotidianos da execução do Contrato, sem isentar a Contratada de outras responsabilidades ou sanções previstas.

1.4. O SMSPMU-VG poderá alterar os procedimentos formais e a metodologia de avaliação durante a execução contratual, sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior, sem causar prejuízos à Contratada, que será consultada previamente.

2. PROCEDIMENTOS:

2.1. A gestão e a equipe responsável pela fiscalização do contrato serão designadas pelo SMSPMU-VG, permitindo o acompanhamento efetivo da execução dos serviços prestados e a interação, quando necessário, com o representante indicado pela Contratada.

2.2. Caso sejam identificadas irregularidades na execução do objeto, a equipe de Fiscalização do Contrato notificará o representante da Contratada para que a inconformidade seja resolvida ou os devidos esclarecimentos sejam fornecidos.

2.3. A notificação sobre a existência de irregularidades na execução do contrato, dependendo da gravidade da situação ou de sua reincidência, será formal e detalhará o fato, a data e a hora do ocorrido, podendo ser realizada por meio eletrônico (e-mail).

2.3.1. Se a Contratada não fornecer as informações necessárias ou não resolver a irregularidade no prazo estabelecido pela fiscalização, será instaurado o devido processo administrativo, visando às ações pertinentes à aplicação das sanções estabelecidas, se for o caso.

2.3.2. Dependendo da gravidade da inconformidade observada, a fiscalização do SMSPMU-VG poderá instaurar imediatamente o processo mencionado no subitem anterior.

2.4. O SMSPMU-VG informará à Contratada o resultado da avaliação do serviço no período em questão.

2.5. A Contratada, com base nas informações fornecidas pelo Setor de Contratos, emitirá o documento fiscal mensal referente aos serviços prestados, deduzindo do valor devido pelo SMSPMU-VG os descontos relativos à aplicação do Índice de Medição de Resultados (IMR), quando aplicáveis.

2.6. O pagamento à Contratada só será processado se for efetuada a dedução determinada pela aplicação do IMR, se for o caso, e se forem apresentados os demais documentos exigidos no Contrato.

3. INDICADORES, METAS E MECANISMOS DE CÁLCULO:

3.1. A execução do objeto pela Contratada será avaliada, conforme o caso, por meio dos indicadores especificados a seguir.

3.1.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à importância do indicador para a qualidade dos serviços.

3.1.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores correspondentes às situações de serviço sem qualidade e serviço com qualidade elevada.

3.2. Pontos de qualidade serão atribuídos aos indicadores, conforme os critérios apresentados nas tabelas a seguir: